



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/11/2012

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3 - 4
2.2. CONVÊNIOS.....	5 - 7
2.3. EVENTOS.....	8
2.4. SELETIVOS.....	9
2.5. SINDJUS.....	10

Portal Castro Digital



Primeira cerimônia de casamento homoafetivo ocorrido em Bacabal, no Médio Mearim, foi realizada sexta-feira, marcando a união de um estudante e um lavrador. **Geral 7**

Celebrada união de pessoas do mesmo sexo em Bacabal

Juiz Raimundo Ferreira oficializou casamento entre o estudante Júlio Pereira e o lavrador Gilmar Berroto

Foi realizada na sexta-feira, dia 16, a primeira cerimônia de casamento homoafetivo em Bacabal, a 240 km de São Luís, na região do Médio Mearim. O estudante Júlio Pereira, de 38 anos, e o lavrador Gilmar Silva Berroto, de 42 anos, trocaram as alianças no Salão do Júri do Fórum de Justiça da cidade, oficializando a relação, que já dura 19 anos.

O juiz Raimundo Nonato Ferreira, que celebrou a união, afirmou que o pedido de conversão da união estável em casamento civil foi realizado pela Defensoria Pública Estadual. "É o reconhecimento de uma união estável. Por decisão do Supremo Tri-

bunal Federal, é possível transformar a união estável em casamento. E em Bacabal, por meio de um pedido da Defensoria Pública Estadual, está sendo oficializado o casamento entre duas pessoas do sexo masculino, um acontecimento inédito na cidade", explicou o juiz de paz.

A cerimônia reuniu amigos e convidados do casal, que já mora junto há 19 anos. "Estou muito satisfeita. O importante é a felicidade dele", disse Maria Joana Ferreira, mãe de Gilmar Silva Berroto.

Segundo o lavrador, o enlace significa muito mais que a troca de que uma conquista dos dois. "Isso é um meio de a gente que-

brar o preconceito no Brasil inteiro, porque muitas vezes os gays são muito discriminados. Isso é uma coisa que tem que acabar. Ainda existe preconceito tanto da sociedade em geral, quanto da parte familiar, declarou".

De acordo com o presidente do grupo Flor de Bacabal, Márcio Jânio, a realização do casamento foi fruto de um trabalho de diálogo com toda a comunidade. "Para a gente chegar a esse casamento, começamos a realização do trabalho desde o dia 29 de agosto, sensibilizando a população, indo às escolas, nos povoados. Isso é um grande avanço para a gente", explicou.



Após a cerimônia, casal exhibe a certidão que oficializa sua união

Mais

Em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por unanimidade a validade da união estável homoafetiva. A decisão do STF faz com que a união entre casais do mesmo sexo seja reconhecida como uma entidade familiar e, portanto, regida pelas mesmas regras que se aplicam à união estável dos casais heterossexuais.

Cresce o número de processos julgados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

O número de processos julgados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em setembro de 2012 cresceu 49,56% em relação ao mesmo mês no ano passado. A produtividade dos magistrados – relação do total de processos julgados pelo total de processos distribuídos – foi de 81,09%, um aumento de 3,54%. Os dados são da Divisão de Estatística e Publicações do TJMA, e foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos dos órgãos da Justiça de 2º grau – Pleno e câmaras cíveis e criminais. PÁGINA 2

Cresce o número de processos julgados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

O número de processos julgados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em setembro de 2012 cresceu 49,56% em relação ao mesmo mês no ano passado. A produtividade dos magistrados – relação do total de processos julgados pelo total de processos distribuídos – foi de 81,09%, um aumento de 3,54%.

Os dados são da Divisão de Estatística e Publicações do TJMA, e foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos dos órgãos da Justiça de 2º grau – Pleno e câmaras cíveis e criminais.

Em setembro deste ano chegaram ao Tribunal 44,44% ações a mais que no referido mês no ano passado. Foram distribuídos 1.898 novos casos, com o julgamento de 1.539 processos. Em 2011, houve a distribuição de 1.029 novos casos e julgados 1.314 no referido mês.

“O Tribunal está julgando aci-

ma do esperado. A produtividade positiva reflete o comprometimento dos desembargadores e os inúmeros investimentos do Judiciário para modernizar a justiça e torná-la mais ágil e eficaz”, afirma o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior.

O total de decisões monocráticas tomadas por desembargadores atingiu 133,36% – mais que o dobro de setembro de 2011. A produtividade dos magistrados – relação do total de processos julgados pelo total de processos distribuídos – foi de 81,09% superando em 3,54% a de setembro do ano passado.

De acordo com informações do sistema Themis, mais de 600 mil ações tramitam no Judiciário estadual. Em 2011, foram distribuídos 188 mil processos. Na Justiça de 2º grau foram distribuídos 14.284 processos. O número corresponde a 1.200 processos anuais, em média, por desembargador.

Sejap implementa ressocialização no sistema carcerário do Maranhão

Por meio de medidas eficazes de reinserção social de detentos, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, vem implementando ações de ressocialização aos apenados do sistema prisional maranhense. Recentemente, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que a solução para o sistema carcerário no país não seria aderir à prisão perpétua e, muito menos, à pena de morte, mas sim trabalhar a reinserção social dos presos, ação que a Sejap vem realizando. **PÁGINA 4**

Sejap implementa ressocialização no sistema carcerário do Maranhão



Evento de entrega de certificado de cursos profissionalizantes a detentas

Por meio de medidas eficazes de reinserção social de detentos, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), vem implementando ações de ressocialização aos apenados do sistema prisional maranhense. Recentemente, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que a solução para o sistema carcerário no país não seria aderir à prisão perpétua e, muito menos, à pena de morte, mas sim trabalhar a reinserção social dos presos, ação que a Sejap vem realizando.

O secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sergio Tamer, destacou as ações de ressocialização de de-

tentos postas em prática pelo Governo do Estado. De acordo com Tamer, a finalidade é atender a Lei de Execução Penal (LEP), possibilitando ao interno não só as assistências materiais ali contempladas, mas a preparação do interno para que após o cumprimento da pena, ele retorne ao convívio social em condições de não mais reincidir no crime.

“A política de ressocialização é centrada nos princípios básicos da humanização, da justiça, da cidadania, dos direitos e deveres e da dignidade humana. Essas assistências objetivam, em última análise, prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”, ressaltou o secretário.

Parcerias – Sergio Tamer dis-

se ainda que a palavra chave para essas ações de ressocialização são as parcerias firmadas pela Sejap com instituições do poder Judiciário, órgãos do Ministério Público e com a sociedade civil. Ele ressaltou que por conta delas, tem sido possível realizar com êxito as ações de reintegração social de internos. “A parceria com essas instituições, todas elas dentro de suas competências e atribuições, tem sido constante e fundamental para o êxito das iniciativas da Sejap no sistema prisional do estado”, afirmou.

No âmbito da educação, a Sejap celebrou convênio com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) para elaboração do Plano de Educação Estadual nas Prisões. Ao todo, essa ação

beneficia 351 apenados do sistema penitenciário do Maranhão. Além disso, o Plano ainda garante oportunidades aos internos por meio de uma educação de qualidade.

O coordenador de ressocialização da Sejap, Roberto Araújo, explicou que o Plano Educacional é uma demanda dos Ministérios da Educação e da Justiça para todos os estados do país. “O Plano de Educação Estadual nas Prisões determinará o que deve ser realizado em 2013 e 2014 nas unidades prisionais em relação à educação”, pontuou.

Outra parceria que vem dando certo é com a Secretaria de Estado da Saúde (SES). Por conta de um acordo de cooperação firmado entre os dois órgãos, hoje centenas de presos que sofrem com transtornos mentais nas unidades carcerárias do Maranhão são devidamente atendidos.

O convênio entre os dois órgãos estaduais garantiu ainda que o Estado se qualificasse para receber do Ministério da Saúde incentivo da ordem de

R\$ 580 mil, recurso investido no reaparelhamento de setores hospitalares de unidades carcerárias do Maranhão. Além disso, com verbas do ministério, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e do Fundo Global, foi edificado o primeiro núcleo de saúde da Penitenciária de Pedrinhas, local que atende em torno de 15 detentos por dia.

Assistência – A assistência jurídica dos detentos nas unidades prisionais do estado também tem sido alvo dessas parcerias da Sejap, a exemplo da firmada com a Defensoria Pública Estadual (DPE), que proporcionaram redução de 20% no número de encarcerados em um ano de ações.

Para o defensor público de execução penal, Paulo Rodrigues da Costa, quem ganha com isso é toda a sociedade, pois o valor a ser gasto com o interno por mês diminui.

A Sejap também busca estreitar laços com o Tribunal de Justiça, algo que tem sido positivo, visto que, a quantidade de presos provisórios diminuiu bastante nos últimos três anos.

“Essa realidade é resultado das ações do Tribunal de Justiça. Os magistrados tem se empenhado para tornar este quantitativo ainda menor. As ações da própria Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário Maranhão revelam isso”, destacou o juiz da 2º Vara de Execução Penal (VEP), Douglas Martins.

Ações como o Projeto Mulheres Mil do Governo Federal, que é executado pelo Instituto Federal do Maranhão (Ifma) em parceria com a Sejap, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, beneficiou recentemente mais de 20 internas da penitenciária feminina. Elas receberam certificado do curso de qualificação profissional em introdução à culinária. Outras oito foram contempladas com certificado pelo curso de artesanato.

Contabiliza-se que com as mais variadas ações no âmbito da educação, saúde, setor jurídico e nas demais assistências, com o foco de trabalhar a ressocialização do interno, mais de 4 mil detentos do sistema carcerário do Maranhão são beneficiados.

TCE explica mudanças adotadas no processo eletrônico de contas

Começa nesta segunda-feira (19) a programação elaborada pelo Tribunal de Contas do Estado, destinada a esclarecer sobre as mudanças decorrentes da Instrução Normativa nº 28, que estabelece o processo eletrônico de contas no âmbito da instituição. A medida disciplina a maneira como as prestações de contas entregues ao órgão de abril deste ano em diante serão processadas em suas diversas fases até o julgamento em Plenário.

O objetivo do seminário, que se estenderá até sexta-feira (23), com exceção do dia 21 (quarta-feira), é orientar os gestores de recursos públicos estaduais e municipais, além do corpo técnico do próprio Tribunal, sobre os impactos da implantação do sistema.

O primeiro dia da programação será destinado aos auditores e analistas do próprio Tribunal. Na terça-feira (20) será a vez dos gestores estaduais, incluindo Ministério Público, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa. O terceiro dia do evento (quinta-feira, 22) será destinado ao executivo municipal e o último, na sexta-feira (23,) ao

legislativo municipal.

Em função do número de gestores estimado, o público dos dois últimos dias foi dividido em dois grupos, que se revezarão nos turnos da manhã e da tarde. Na segunda e na terça-feira, o encontro será apenas no turno da manhã.

“A medida, que dará mais agilidade e segurança à tramitação das contas, envolve uma série de aspectos que exigirão adequações tanto por parte do Tribunal quanto dos gestores públicos, daí a importância da participação de todos os convidados”, destaca o presidente do TCE, conselheiro Edmar Cutrim.

Ele lembra que o Processo Eletrônico de Contas é um dos pontos essenciais do projeto de modernização do TCE maranhense no que diz respeito à informatização de procedimentos.

Com a instalação do sistema, todas as informações relativas às prestações e tomadas de contas, e seus respectivos procedimentos de análise, serão processadas exclusivamente em ambiente virtual. O primeiro passo foi a abolição das

prestações de contas em papel, medida adotada já em abril deste ano.

No que se refere ao TCE, o processamento eletrônico exigiu alterações profundas na área de tecnologia da informação, com o desenvolvimento de um sistema capaz de armazenar e processar o grande volume de informações que ingressarão eletronicamente no órgão. Denominado Sistema de Processo Eletrônico (SPE) esse ambiente concentrará todas as etapas do processo de análise.

Um dos pontos fundamentais do SPE é o seu elevado nível de segurança. Para garantir a inviolabilidade dos dados, foi adotado o uso de assinatura digital baseado em certificado eletrônico emitido por uma Autoridade Certificadora credenciada pelo Tribunal. A certificação será exigida tanto dos usuários internos do sistema como por parte dos ordenadores de despesa. A certificação será uma das exigências do SPÉ que serão debatidas pelo Tribunal durante o evento de capacitação. *(As informações são do TCE).*

TJMA convocou mais de 370 concursados neste ano

Os serviços auxiliares da Justiça estadual tiveram o reforço de mais 377 funcionários concursados admitidos este ano. As convocações foram feitas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), conforme a disponibilidade financeira e a necessidade dos serviços judiciários. Mais 240 servidores ainda tomarão posse, elevando a 617 o número de vagas ocupadas no quadro de pessoal do Judiciário em 2012.

Segundo a Comissão de Concurso do TJMA, esse número corresponde à planilha de convocações realizadas no primeiro ano da gestão do presidente Antonio Guerreiro Júnior. “Caso haja disponibilidade orçamentária, pretendo convocar até 2013 todos os servidores aprovados em concursos anteriores, sempre com a proposta

de atender prioritariamente o 1º grau”, diz o presidente.

Os 377 funcionários que já estão trabalhando foram chamados em três convocações relativas ao edital 01/2009 e a duas convocações do edital 02/2011. Os 240 servidores restantes se referem a duas convocações desses editais, cujos concursados ainda não entraram em exercício.

Entre os servidores convocados para reforçar o efetivo da Justiça estadual incluem-se assistentes sociais, psicólogos, contadores, desenvolvimento, graduados em Direito, técnicos judiciários, técnicos em contabilidade, técnicos em edificações (7), informática, comissário de menores, oficial de Justiça, auxiliares administrativos e engenheiro eletricista.

Sindjus cobra investigação sobre desabamento do Fórum de Balsas

O Tribunal de Justiça do Maranhão ainda não respondeu à intimação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre os motivos do desabamento do Fórum da Comarca de Balsas, ocorrido no dia 28 de setembro passado, apesar deste ter sofrido uma ampla reforma das suas instalações em 2010, que custou aos cofres públicos mais de 400 mil reais pagos pelos contribuintes.

Diante da evidente gravidade da situação, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (SINDJUS-MA) enviou imediatamente à comarca seu diretor de imprensa, o técnico judiciário Fredson Costa para manifestar irrestrita solidariedade os colegas e realizar a mais ampla apuração dos fatos, o quais foram de pronto denunciados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No dia do desabamento, ao perceberem que havia algo de errado com o teto do prédio e receosos do perigo iminente, os servidores lotados na 2ª vara evacuaram por conta própria o local. Na área trabalham cinco pessoas, incluindo o juiz. Apesar do incidente, ninguém ficou ferido. O prédio foi interditado, teve sua estrutura condenada e as varas judiciais deslocadas para uma clínica desativada, onde servidores e magistrados

podem estar expostos a graves enfermidades devido terem sido instalados em ambiente potencialmente insalubre.

“O Tribunal de Justiça do Maranhão tem que dar uma explicação sobre esse desabamento aqui no Fórum, já que em 2010, muito dinheiro foi gasto para a reforma desse prédio. E a nossa integridade física, onde fica? Que reforma foi essa que agora o prédio está caindo na cabeça dos servidores?”, questionou Arthur Estevão, técnico judiciário e delegado regional do SINDJUS-MA da Comarca de Balsas.

Segundo Aníbal Lins, presidente do SINDJUS-MA, o sindicato cobra do CNJ que acione auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) para acompanharem de perto as investigações anunciadas pela administração do Tribunal de Justiça do Maranhão para apurar as razões do desabamento e interdição do Fórum de Balsas, como em todos os fóruns que apresentaram os problemas semelhantes nos últimos meses depois de terem passado também por reformas. “Os responsáveis por esse mau uso do dinheiro público precisam ser claramente identificados e punidos na forma da lei”, frisou.

(Assessoria de Comunicação do SINDJUS-MA)